

CONTRIBUIÇÃO PARA AS MEMÓRIAS ACADÊMICAS.

Clube Vinte de Setembro*.

Alcides de Mendonça Lima

Professor Catedrático de Direito Processual
Civil na Faculdade de Direito da Universidade
Federal de Pelotas — R. G. do Sul.

No cenário político, social e cívico do Brasil, a “Revolução Farroupilha” (1835 a 1845) foi, sem dúvida, um dos mais expressivos e dos que a posteridade recolheu imprimindo-lhe um sentido quase místico e de glória perene. Cremos que somente a “Inconfidência Mineira”, do Século XVIII, a supera em repercussão, mas pelo seu fim extremamente nacional: a independência do Brasil. Outros movimentos, com objetivos similares ao nosso, estão como que sepultados nas obras e nos arquivos, sem maiores reflexos no espírito popular. Embora o “Grito do Ipiranga” não haja sido o resultado direto daquela frustrada rebelião da qual “Tiradentes” se tornaria o símbolo, não se pode falar em “7 de setembro de 1822” sem ligá-lo a “21 de abril de 1792” aquela data como início de uma era e a última como desfecho de um sonho!

Mas como acontecimento estritamente regional, visando a situações locais, embora com perspectivas futuras mais amplas, procurando atingir a Pátria comum em sua unidade, a “Revolução Farroupilha”, que originaria a heróica “República de Piratini”, dentro da então Província de São Pedro do Rio Grande, é ainda o evento mais cultuado em confronto com os análogos eclodidos em outras plagas brasileiras. Até hoje os gaúchos — decorridos quase 150 anos de seu início — ainda se mantêm fiéis à glória de seus episódios épicos e aos exemplos de bravura de seus chefes e soldados, pelo idealismo que os empojava na luta que durou dez anos. A efeméride inicial continua sendo sagrada para as sucessivas gerações, como o protótipo de nossas tradições seculares mais caras e mais acendradas.

Entre as influências que a “Revolução Farroupilha” despertou na alma dos gaúchos está a criação do “Clube Vinte de Setembro”, cuja denominação já revela o seu objetivo: o

culto ao Rio Grande, em torno daquela sedição, que fora deflagrada na referida data. Mas a simples referência à entidade, mesmo com seu nome tão expressivo, nada induz, aparentemente, de importância, presumindo-se ser um grêmio com atividade em cidade dos pampas.

Entretanto, o caso tem conotações mais surpreendentes e de relevo, que, no momento, poucos conhecem e, possivelmente, a maioria ignora de modo total. É matéria guardada por historiadores e narrada, raramente, em obra ou estudo a respeito da “Revolução Farroupilha”. É isso porque a entidade se fundou, manteve-se e extinguiu-se em São Paulo, quando seus ideais se concretizaram, podendo ser enrolado, com glória, o pavilhão áureo rubro-verde dos farrapos, por que a missão fora cumprida.

Longe dos pagos — com as difíceis comunicações da época — quando as viagens eram praticamente, uma por ano, ao fim de cada exercício letivo, um grupo somente de gaúchos, como alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, deliberou defender e irradiar os ideais “farroupilhas”, em plena paulicéia, estendendo-os aos interesses de toda a nação brasileira, então Império. E incorporavam-se às duas campanhas fundamentais da fase final do Século XIX em nosso meio: a abolição da escravatura e a instituição da República. Nem de longe qualquer idéia separatista, como, erroneamente, alguns historiadores apressados timbram em caracterizar o movimento ciclópico de nossa brava gente naquele decênio de lutas e de sacrifícios.

Mas, além de conferências, palestras, atos cívicos, divulgação pessoal entre seus condiscípulos de outras províncias (os Estados de hoje), ousaram dar à publicidade duas obras em torno dos fastos gaúchos, nas quais podiam ser recolhidos subsídios para a devida aplicação no ambiente nacional: *História Popular do Rio Grande*, de autoria de Alcides Lima (nosso avô homônimo), e *História da República Rio-Grandense*, da lavra de Assis Brasil. Ambas foram lançadas em 1882, pela editora Tipografia G. Leuzinger & Filhos, do Rio de Janeiro. A primeira tinha um só volume com 210 páginas; e a segunda seria de dois volumes, mas apenas saiu o primeiro, com 191 páginas e apêndices contendo transcrição de documentos de importância histórica. Alcides Lima contava entre 21 e 22 anos; e Assis Brasil entre 23 e 34, quando cada um as elaborou.

No frontispício de ambas, lê-se a seguinte nota: “O clube Vinte de Setembro, composto de estudantes republicanos rio-grandenses da Faculdade Jurídica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul no seu 47.º aniversário, 20 de setembro de 1882”. Por singular coincidência, Assis Brasil e Alcides Lima colaram grau a 15 de novembro de 1882, que seria a data da proclamação da República em 1889. A vitória acadêmica valeu como um vaticínio da vitória de seu grande ideal!

Do “Clube Vinte de Setembro” conforme relação naquelas obras, faziam parte: sócios beneméritos — João Jacinto de Mendonça Júnior; Eduardo Fernandes Lima; Joaquim Pereira da Costa; Júlio de Castilhos; Alcides Lima; Adolpho Luiz Osório e Assis Brasil. Diretoria: presidente — Adolpho L. Osório; secretário — Manoel Pacheco Prates; tesoureiro — Theodolino Fagundes, filho; orador — Álvaro José Gonçalves Chaves.

Não conseguimos localizar a data da instalação da entidade. É possível que, no decorrer de sua atividade, haja contado com outros sócios e com outras diretorias, de composição diferente daquela que apontamos. Mas limitamo-nos a transcrever o que se contém naquelas duas obras, que deve ser a situação da fase em que foram lançadas.

A de Alcides Lima foi reeditada, em 1935, ao ensejo do “Centenário Farroupilha”, pela Livraria do Globo. Mas suas duas edições e a 1.^a e única de Assis Brasil se encontram completamente esgotadas, somente encontradas em algumas bibliotecas oficiais e escassamente de particulares. A crítica, unanimemente, as considera como “clássicas” para o devido conhecimento dos fatos que remontam às nossas origens sociais até a imortal “Revolução Farroupilha”, embora essa não tenha sido estudada completamente, por faltar o segundo volume.

O “Clube Vinte de Setembro”, portanto, serve de elo entre o Rio Grande do Sul e a Faculdade de Direito de São Paulo — a do “Largo de São Francisco”, cadinho incomparável das grandes cruzadas cívicas que agitaram o Brasil e até, mudaram o rumo de seus destinos, pelo valor incontestado de seus alunos e pela altivez de seus mestres. Mesmo assim, aquele grêmio não costuma ser inserido nos fastos da sesqui-centenária Faculdade, embora não se possa olvidar a influência que deve ter exercido para a sagração da vitória dos ideais comuns de todo o corpo discente da instituição modelar, ba-

tendo-se pela abolição e pela República. Com a libertação e a implantação do novo regime, as finalidades do clube se exauriram, honrosamente, pelo triunfo alcançado.

De qualquer forma, porém, aquele “Clube” e seus integrantes, jovens na década dos vinte, na exuberância de seu ardor patriótico, merecem ser cultuados e redivivos. Isso ao menos como exemplos para a mocidade de hoje, para que não desanime na luta por seus princípios sagrados, sem fronteiras físicas e sem proselitismo regional, mas visando, sempre e exclusivamente, à felicidade, à segurança, à paz e à grandeza do Brasil.